

PMS	CFM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
Correio da Bahia		
Data	17.03.92	
Caderno	1	
Página	5	
Seção		
Assunto		
Habitação		

CEF assina contratos no setor habitacional

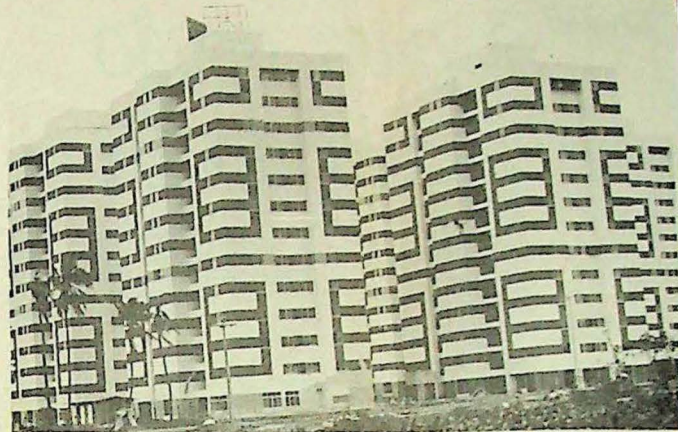
Alta da poupança pode elevar verba para imóveis da classe média em 92

Com a queda na arrecadação do FGTS e a recuperação das cadernetas de poupança como investimento rentável no final de 91, os recursos da Caixa Econômica Federal para a construção de imóveis destinados à classe média poderão ser superiores àqueles feitos em habitações populares este ano. A informação é do diretor de Habitação e Hipoteca da CEF, José Carlos Guimarães, que esteve ontem em Salvador para a assinatura de sete contratos para a construção de 420 unidades habitacionais de preço médio de 3.500 UPFs, num valor total de Cr\$16,76 bilhões.

De acordo com Guimarães, desde o início do governo Collor, 475.147 unidades habitacionais no valor total de 697 milhões de UPFs tiveram seus contratos liberados pela Caixa. A maior parte destes contratos, segundo ele, era para o financiamento de habitações populares — de até 2.800 UPFs de valor unitário e destinadas a trabalhadores com renda de até 12 salários mínimos. Os recursos para estes financiamentos, patrocinados por planos populares como o Paih e cooperativas habitacionais, foram, como de costume, provenientes do FGTS. Segundo Guimarães, 60% dos recursos deste fundo são destinados a moradias para trabalhadores com renda até cinco salários mínimos.

Já as habitações de valor unitário superior a 2.800 UPFs e destinadas a trabalhadores com renda superior a 12 salários mínimos, financiadas pelos recursos da caderneta de poupança, ficaram restritas, no ano passado, dentro do chamado Plano Empresário. De acordo com este plano, a Caixa atuaria como agente financeiro apenas para construtoras cujo patrimônio não excedesse, em valores de 31 de dezembro de 90, os Cr\$200 milhões (aproximadamente Cr\$1 bilhão em valores atuais). Um poderoso lobby dos empresários da construção civil junto à Caixa — que, devido à política de juros altos do governo, foi praticamente o único agente financeiro atuando no setor em 91 — conseguiu que este limite fosse ampliado. José Carlos Guimarães garante que esta ampliação deve acontecer ainda em abril, embora não saiba precisar o valor do novo limite.

Embora Guimarães afirme que 80% das construtoras nacionais estão dentro das exigências do Plano Empresário, é dado como certo um crescimento substancial na oferta de imóveis com a ampliação do limite de patrimônio, especialmente no que toca a habitações para a classe média. Como a caderneta de poupança vem passando por uma recuperação desde agosto, em oposição ao sensível aumento nos saques do FGTS em função das demissões ocorridas no mesmo período, é bem provável que a oferta de imóveis para a classe média cresça numa proporção maior que a das habitações populares, embora Guimarães insista em que as populações de baixa renda continuem sendo a prioridade máxima do governo Collor. Atualmente, o déficit habitacional brasileiro alcança 12 milhões de moradias, sendo 300 mil no estado da Bahia, segundo dados da Caixa.



Recuperação da poupança pode aquecer mercado de imóveis